

Abertas as candidaturas ao Estagiar L, T e +



Estão abertas as candidaturas ao programa Estagiar L, T e +, que decorrem em simultâneo para os jovens e para as entidades promotoras até ao dia 31 de março de 2024.

As candidaturas devem ser submetidas no sítio da internet emprego-jovem.azores.gov.pt, informa o Governo dos Açores, através da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

Os estágios iniciam-se entre 1 de setembro e 30 de abril nas empresas privadas e empresas públicas, cooperativas e entidades sem fins lucrativos, com a duração de 12 meses, incluindo um mês de descanso, podendo o estágio ser prorrogado por mais três meses quando realizado nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial e por mais seis meses nas ilhas de Santa Maria,

São Jorge, Pico, Graciosa, Flores e Corvo.

Podem candidatar-se ao Estagiar L jovens recém-diplomados no Ensino Superior, sendo atribuída uma bolsa mensal no valor da remuneração mínima mensal garantida na Região, majorada em 25%.

O Estagiar T destina-se a jovens recém-diplomados em cursos de qualificação profissional, nível IV ou V do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), sendo atribuída uma bolsa mensal no valor da remuneração mínima mensal garantida na Região, majorada em 5%.

Ao Estagiar + podem candidatar-se jovens com qualificação igual ou inferior ao nível III do QNQ, inscritos no Centro de Qualificação e Emprego há mais de três meses, quando

estão à procura do primeiro emprego, ou jovens desempregados há mais de seis meses, quando estão à procura de novo emprego, aos quais é atribuída uma bolsa no valor da remuneração mínima mensal garantida na Região.

Os estagiários do programa ESTAGIAR estão abrangidos pelo Regime de Segurança Social dos Trabalhadores por conta de outrem, iniciando, assim, a sua carreira contributiva para efeitos de proteção social.

O programa ESTAGIAR tem por objetivo possibilitar aos jovens um estágio profissional em contexto real de trabalho, que promova a sua inserção na vida ativa, facilitar o recrutamento e a integração de quadros nas empresas e apoiar a fixação de jovens nas ilhas de menor dimensão.

Chega quer saber para quando casas de banho nos miradouros

A falta de casas-de-banho nos diversos miradouros dos pontos mais turísticos de São Miguel já foi denunciada publicamente pelo Chega, que enviou ontem um requerimento à Assembleia Legislativa Regional questionando o Governo sobre o assunto.

Os casos do Miradouro da Lagoa do Fogo e do Miradouro das Sete Cidades são os mais flagrantemente, e confirmados no local pelo deputado José Pacheco aquando de uma visita àqueles pontos turísticos da ilha de São Miguel.

Neste sentido, e uma vez que nos meses de Verão há cada vez mais visitantes na Região, o Chega pretende saber porque motivo não foram

construídas instalações sanitárias na Lagoa do Fogo, onde até foi construído um parque de estacionamento onde param agora os "shuttles" para turistas.

"Sabendo que muitos visitantes têm usado a natureza para as suas necessidades fisiológicas, o Chega questiona se está a ser equacionada a instalação de casas-de-banho na Lagoa do Fogo e para quando", lê-se em comunicado.

Relativamente ao Miradouro da Vista do Rei, nas Sete Cidades, as estruturas sanitárias existem, mas estão encerradas, exigindo o deputado José Pacheco uma explicação para este encerramento em plena época de Verão.



"Trata-se de um encerramento temporário ou é definitivo? Caso seja um encerramento definitivo o que está na origem desta decisão?", pode ler-se no requerimento.

José Pacheco questiona ainda acerca da possibilidade de serem remode-

ladas ou construídas novas instalações sanitárias no Miradouro das Sete Cidades, e para quando estão previstas as mesmas.

"Importa dar as condições necessárias a todos quanto nos visitam, e aos próprios Açorianos que aproveitam o Verão e os períodos de férias para também passearem na ilha", refere José Pacheco.

Para o parlamentar, "a imagem que os turistas levam dos Açores é fundamental para atrair novos visitantes", daí a importância de se criarem as condições básicas para que os visitantes possam usufruir do melhor que os Açores têm para oferecer.

PSD elogia apoio às escolas Profissionais

A deputada do PSD/Açores Guilhermina Silva salientou ontem que a abertura das candidaturas para a modernização das Escolas Profissionais da região, no âmbito do PRR, "vem fortalecer a aposta do Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) no Ensino Profissional, sendo notória a diferença para o que acontecia com os executivos socialistas".

"Trata-se da confirmação, afeta às várias Escolas Profissionais do arquipélago, de que haverá 5 milhões disponíveis para novos equipamentos, para renovar ou atualizar as oficinas, os laboratórios e as salas de formação, podendo ainda ser adquiridas as licenças necessárias ao funcionamento desses novos equipamentos", disse Guilhermina Silva.

"A Medida M9, de apoio às Escolas Profissionais com Intervenção na Formação e Reconversão Profissional de Adultos dos Açores, permitirá assim criar uma resposta daqueles estabelecimentos de ensino aos novos

desafios das competências digitais, da formação à distância e do próprio mercado de trabalho, que está também em constante evolução", referiu a deputada do PSD/Açores.

Antes as escolas pagavam, agora o governo apoia

Guilhermina Silva enalteceu igualmente o facto dos apoios concedidos no âmbito daquela medida "serem de natureza de subvenção não reembolsável, com o financiamento às Escolas Profissionais a ser assegurado na totalidade pelo PRR".

"Anteriormente, cabia às Escolas Profissionais o pagamento do IVA associado a novas aquisições, pelo que Governo dos Açores resolveu apoiá-las de uma forma transversal, isentando-as desse encargo. Ou seja, as Escolas Profissionais não vão ter qualquer encargo na compra de novos equipamentos", concluiu.

PS alerta para linhas de água na R. Grande

Os deputados do PS/Açores pedem maior fiscalização e respostas concretas do Governo Regional para as descargas de efluentes não tratados nas linhas de água da Ribeira Grande, questionando, a esse propósito, "quantas reclamações foram recebidas nos últimos três anos, por parte das entidades competentes, relativamente à ocorrência destas descargas".

Segundo o socialista Carlos Silva, e face às frequentes descargas de efluentes não tratados para as linhas de água do concelho, tem sido várias as queixas apresentadas por parte dos moradores daquela zona, bem como dos utilizadores da Praia do Monte Verde e das Piscinas Municipais. "Este é um problema que comporta um elevado risco para a saúde pública e que compromete a qualidade de vida dos moradores, bem como dos utilizadores das zonas balneares que, além de confrontados com o odor nauseabundo que se faz

sentir, já viram essas zonas interditadas devido à má qualidade da água", assegurou o socialista. "Infelizmente têm sido reportadas denúncias através do portal 'NAMIINHAILHA', da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, mas depois tudo permanece igual e as descargas continuam, com prejuízo claro para os cidadãos. É por isso que questionamos o Governo Regional sobre as denúncias recebidas e as ações desenvolvidas pelas entidades competentes para apurar responsabilidades e resolver, de uma vez por todas, o problema". Para Carlos Silva, este é um problema ambiental que "além de revelar um enorme desmazelo", afeta, também, "a imagem do concelho da Ribeira Grande", sendo que nem a verba prevista no Plano de Investimentos da Região para 2023, de 800 mil euros, "tem sido canalizada para efetivos trabalhos de monitorização e manutenção da rede hidrográfica".